

ARTIGOS

O TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA: UMA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

THE FIELD WORK IN GEOGRAPHY: ONE THEORETICAL AND METHODOLOGICAL APPROACH

Ângelo Serpa¹

RESUMO:

Intenta-se neste artigo fazer uma reflexão teórico-metodológica sobre a importância do trabalho de campo na produção do conhecimento geográfico na contemporaneidade. Parte-se de alguns pressupostos de base, que norteiam a reflexão, baseada, sobretudo, na articulação entre conceitos, teorias e procedimentos metodológicos na Geografia. Em primeiro lugar, defendemos a idéia de que há uma especificidade disciplinar na discussão aqui proposta, própria à Geografia e à produção do conhecimento geográfico. Em segundo lugar, afirmamos a necessidade de revelar, através do trabalho de campo em Geografia, as diversas possibilidades de recortar, analisar e conceituar o espaço, de acordo com as questões, metas e objetivos definidos pelo sujeito que pesquisa. Como terceiro pressuposto, reafirma-se a necessidade de superação das dicotomias e ambigüidades características da Geografia. O trabalho de campo é instrumento chave para a superação dessas ambigüidades, não priorizando nem a análise dos chamados fatores naturais nem dos fatores humanos. Como quarto pressuposto afirma-se ainda que não pode haver separação entre teoria e metodologia, entre os

¹ Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia. Pesquisador do CNPq. E-mail: angserpa@ufba.br

conceitos e sua operacionalização através do trabalho de campo. Não desejando esgotar a riqueza e a complexidade do tema, ressalta-se ao final deste artigo a importância do trabalho de campo na Geografia, como base da pesquisa e da produção do conhecimento geográfico. A partir de pressupostos considerados fundamentais para uma reflexão teórico-epistemológica sobre o assunto, reafirma-se também a centralidade do conceito de espaço na Geografia, o que aponta para a necessidade de delimitação de espaços de conceituação, de modo a garantir a visibilidade dos fenômenos, não podendo haver hierarquia entre os diferentes recortes, que, em última instância, servem à explicitação das qualidades específicas dos fenômenos estudados por cada pesquisador.

Palavras-chave: trabalho de campo; Geografia; produção do conhecimento geográfico; Espaço

ABSTRACT:

This article proposes one theoretical and methodological reflection about the importance of the field work in geographical knowledge production in contemporaneity. It begins from some basic purposes to guide over all the reflection about the link among concepts, theories and methodological procedures in Geography. In the first place, it stands on for the opinion that there is in the purposed discussion one disciplinary singularity of Geography and geographical knowledge production. Secondly, it affirms the necessity to reveal, by the field work in Geography, the various possibilities of carving, analysis and concept the space from the searcher's questions, marks and objectives. As the third purpose, it reaffirms the necessity to dominate the dichotomies and ambiguities of Geography. The field work is the key instrument to dominate these ambiguities when it doesn't emphasize the analysis of the called natural factors or the human factors. As the fourth purpose, it affirms that theory and methodology, concepts and their realization cannot be separated in the field work. Not to exhaust the wealth and complexity of the theme, at its end, it emphasizes the importance of field work in Geography as support of geographic knowledge search and production. From fundamental purposes for one theoretical and epistemological reflection, it also reaffirms the centrality of space

concept in Geography, pointing to the necessity of delimit the concept spaces, so that to guarantee the phenomena's visibility, without hierarchy among the different carvings that, without further appeal, explicit the specific qualities of every searcher's studied phenomena's.

Key Words: Field work; Geography; Geographic knowledge production; Space

INTRODUÇÃO

Fazer uma reflexão teórico-metodológica sobre a importância do trabalho de campo na produção do conhecimento geográfico na contemporaneidade, eis o desafio a que nos propomos no presente texto. Trata-se inicialmente de (re) afirmar alguns pressupostos de base, que irão nortear a reflexão, baseada, sobretudo, na articulação entre conceitos, teorias e procedimentos metodológicos na Geografia.

Em primeiro lugar, defendemos a idéia de que há uma especificidade disciplinar na discussão aqui proposta, própria à Geografia e à produção do conhecimento geográfico. Uma reflexão sobre a importância do trabalho de campo nesta disciplina requer a compreensão de sua especificidade frente às outras disciplinas, sobre seus trunfos e seus handicaps frente às outras ciências naturais e sociais. Afinal, o que há de epistemologicamente diferente na produção do conhecimento geográfico?

Em segundo lugar, e, de certo modo, já respondendo, de maneira preliminar, às questões enunciadas no parágrafo precedente, afirmamos a necessidade de revelar, através do trabalho de campo em Geografia, as diversas possibilidades de recortar, analisar e conceituar o espaço, de acordo com as questões, metas e objetivos definidos pelo sujeito que pesquisa. O trabalho de campo em Geografia requer a definição de espaços de conceituação adequados aos fenômenos que se deseja estudar. É necessário recortar adequadamente os espaços de conceituação para que sejam revelados e tornados visíveis os fenômenos que se deseja pesquisar e analisar na realidade.

Como terceiro pressuposto, é necessário também reafirmar a necessidade de superação das dicotomias e ambigüidades características da Geografia. O trabalho de campo é instrumento chave para a superação dessas ambigüidades, não priorizando nem a

análise dos chamados fatores naturais nem dos fatores humanos (ou “antrópicos”). O trabalho de campo deve se basear na totalidade do espaço, sem esquecer os arranjos específicos que tornam cada lugar, cidade, bairro ou região uma articulação particular de fatores físicos e humanos em um mundo fragmentado, porém (cada vez mais) articulado. O trabalho de campo em Geografia deve perseguir, portanto, a idéia de particularidade na totalidade, abandonando de modo enfático a idéia de singularidade de lugares, cidades, bairros ou regiões.

Não pode haver separação entre teoria e metodologia, entre os conceitos e sua operacionalização através do trabalho de campo: eis o quarto pressuposto da discussão aqui proposta. Essa separação existe e persiste, no entanto, na produção do conhecimento científico, não se constituindo numa especificidade da Geografia. O fantasma do empirismo que ronda a produção do conhecimento geográfico leva muitas vezes o pesquisador a reflexões teóricas elaboradas, mas sem a fundamentação empírica necessária à demonstração e à validação dos conceitos, que aparecem não raro descolados da realidade. Ou então se tem o oposto: bons bancos de dados e técnicas elaboradas de representação da realidade, sem a reflexão teórica necessária e fundamental à compreensão e análise crítica do conteúdo empírico pesquisado. Essa separação não existe e é um construto artificial, teoria e trabalho de campo são dois lados da mesma moeda.

1. GEOGRAFIA COMO CIÊNCIA DO ESPAÇO: UMA ESPECIFICIDADE?

Poucos estariam dispostos a contestar o papel central do “espaço” enquanto conceito na produção do conhecimento geográfico. Isso é, com certeza, a especificidade maior da Geografia, sua razão de ser perante as outras ciências. Os estudos da dimensão espacial da sociedade e da dimensão social do espaço colocam a Geografia diante da árdua tarefa de operacionalização do conceito de “espaço” em sua dimensão empírica. Para Santos (1992), como a própria sociedade que lhe dá vida e anima, o espaço deve ser considerado como uma totalidade. Porém, assim considerar o espaço é “uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes” (SANTOS, 1992, p. 5).

Esta regra de método requer a eleição de categorias e variáveis pelo sujeito que pesquisa, categorias e variáveis que Santos (1992) chama de “elementos”, como a base primeira de toda dedução. Mas, para a análise de um dado espaço não basta apenas a definição de categorias (variáveis ou elementos), mas antes a possibilidade de fazê-los interagir e relacionar-se no momento da pesquisa.

Quando analisamos um dado espaço, se nós cogitamos apenas dos seus elementos, da natureza desses elementos ou das possíveis classes desses elementos, não ultrapassamos o domínio da abstração. É somente a relação que existe entre as coisas que nos permite realmente conhecê-las e defini-las. Fatos isolados são abstrações, e o que lhes dá concretude é a relação que mantêm entre si (SANTOS, 1992, p. 14).

É necessário, portanto, buscar sempre a totalidade do espaço enquanto dinâmica e processo, relacionando seus elementos enquanto método, não perdendo de vista o conjunto e o contexto. As relações e interações entre as variáveis estão sempre subordinadas ao todo e aos seus movimentos. Uma variável pode mudar seu movimento ou dinâmica, fato que remeteria imediatamente ao todo, já que esta mudança “individual” poderia modificar também o “todo”, fazendo o outro, ainda que ele continue a constituir uma totalidade. Toda variável (elemento ou categoria) possui a um só tempo características próprias (técnicas e funcionais) e características sistêmicas. Por isso, a noção de causa e efeito é considerada por Santos (1992) como “insuficiente” para compreender e valorizar o movimento real do espaço e da sociedade.

O espaço enquanto conceito e especificidade da Geografia é a um só tempo produto e processo histórico, um mosaico de relações, formas, funções e sentidos. É, também, o mais interdisciplinar dos objetos concretos, o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais. Como a sociedade está sempre espacializando-se, ela busca se encaixar nas paisagens, o que supõe lugares e regiões, onde vão se instalar, a cada momento, suas diferentes frações. A espacialização é, portanto, funcional, um momento ou um conjunto de momentos de inserção territorial dos processos sociais. No seu movimento permanente, a

sociedade está sempre subordinada à lei do espaço pré-existente, o que faz do espaço um todo estrutural. O espaço é, de acordo com Santos (1994), “a totalidade verdadeira”, porque dinâmica, resultado e condição dos processos de geografação da sociedade sobre o conjunto de paisagens que constituem uma configuração territorial (Compare: SANTOS, 1994).

A totalidade é, ao mesmo tempo, o real-abstrato e o real-concreto. Só se torna existência, só se realiza completamente, através das formas sociais, incluindo as geográficas. E a cada momento de sua evolução, a totalidade sofre uma nova metamorfose. Volta a ser real-abstrato (SANTOS, 1996, p. 98).

2. O RECORTE DOS ESPAÇOS DE CONCEITUAÇÃO

Recortar espaços de conceituação na realidade, em coerência com os fenômenos que se deseja estudar e analisar é questão central para operacionalização do trabalho de campo em Geografia. Se admitirmos, como Castro (1995), que a realidade está presente em todos os recortes espaciais possíveis; que o recorte dos espaços de conceituação não fragmenta a realidade; que os diferentes recortes podem revelar qualidades diversas dos fenômenos que se deseja estudar; e que, finalmente, o recorte serve para explicitar e dar visibilidade àquilo que se deseja pesquisar e analisar, conclui-se, como a autora citada, que não há hierarquia entre os diferentes recortes espaciais possíveis, nem recorte mais ou menos válido para a pesquisa e o trabalho de campo em Geografia.

Concorda-se ainda com Castro (1995) que a questão da escala em Geografia é, antes de tudo, um problema fenomenal, embora o recorte dos espaços de conceituação tenha também rebatimento e conseqüências de cunho dimensional. São, portanto, as questões e os problemas de pesquisa, bem como as características específicas dos fenômenos, as quais se deseja explicitar e dar visibilidade, que vão justificar, em última instância, o acerto da escolha de um determinado recorte espacial em detrimento de outro. Aqui adentramos numa temática cara à Geografia, aquela das múltiplas possibilidades e maneiras de se recortar o espaço. Que dados e

levantamentos devem ser priorizados em um recorte regional, por exemplo? Se o recorte é o mundo, um continente ou um conjunto de países, regiões ou municípios, como proceder então aos levantamentos empíricos necessários ao desenvolvimento de uma pesquisa em Geografia?

Não pode haver separação entre intenção e ação, afinal a escala enquanto conceito é mediadora das múltiplas possibilidades de observação das configurações espaciais. Se for assim, a escala seria, sobretudo, mediadora de uma pertinência, como afirmam Racine, Raffestin e Ruffy (1983). Colocado como problema fundamental para o trabalho de campo em Geografia, o recorte dos espaços de conceituação vai mediar, em última instância, a pertinência entre as unidades de observação e os atributos que vamos associar a elas. Quais recortes poderiam favorecer a visibilidade das propriedades globais de um determinado fenômeno? Quais favoreceriam a observação das propriedades locais deste mesmo fenômeno?

Cada estudo merece ser colocado dentro de sua perspectiva correta, isto é, dentro de seu campo de pertinência, não somente em relação à área escolhida mas também em relação ao tipo de dados utilizados na análise. Assim, estudar a centralidade apoiando-nos sobre os dados do comércio varejista, pode ser apropriado no caso de pequenas cidades. Para as grandes aglomerações é, sobretudo, através da coleta de dados medindo uma função de ordem superior (o comércio atacadista, por exemplo), que a diferenciação entre os centros pode aparecer (RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983, p. 125)

Vemos que a mudança do recorte dos espaços de conceituação vai alterar de modo fundamental as qualidades dos fenômenos observados. Há, é claro, uma tendência à homogeneidade com a diminuição progressiva da escala, enquanto a heterogeneidade aumenta proporcionalmente à medida que os recortes tornam-se mais concretos e a escala aumenta. Por isso, é oportuno lembrar, com os autores citados no parágrafo precedente, que os recortes mais abstratos vão favorecer e dar visibilidade à informação estruturante, aos dados agregados, aos fenômenos latentes e à tendência à homogeneidade e ao “modelo”, enquanto os recortes

mais concretos vão valorizar a informação factual, os dados individuais ou desagregados, os fenômenos manifestos e a tendência à heterogeneidade.

Como partir para o trabalho de campo, quando o recorte é “global” ou “regional”? Tais recortes limitam, muitas vezes, o trabalho de campo ao levantamento de dados estatísticos provenientes de fontes secundárias, a partir de variáveis compiladas pelos censos ou outras pesquisas institucionais. Nesse contexto, o espaço regional (ou nacional) apresenta como unidade quantificável o município, base a partir da qual se comparam situações e se estabelecem relações, com a utilização de técnicas quantitativas (ROCHA, 1999). Os limites para o desenvolvimento das pesquisas são impostos em geral pela falta de recursos financeiros, que, em última instância, vão restringir a atuação dos pesquisadores na coleta de dados primários a alguns municípios. Prioriza-se a indução enquanto procedimento metodológico, agrupando-se os dados coletados a partir da busca de “semelhanças” até se chegar ao “todo global” ou ao “todo regional” (compare: CORRÊA, 1986).

A questão da restrição na coleta de dados primários impõe, portanto, a necessidade de aceitar dados provenientes de pesquisas institucionais, muitas vezes coletados através de técnicas e procedimentos que se revelam incompatíveis com as questões de pesquisa e os recortes dos espaços de conceituação definidos pelo pesquisador. Há aqui geralmente a necessidade de desagregação de dados para posterior agregação em novos recortes, o que exige também conhecimento aprofundado das técnicas e dos procedimentos estatísticos. Mas nem sempre isso é possível, já que, ao se restringir aos dados provenientes de censos institucionais, o pesquisador não tem o poder de realmente escolher as variáveis analisadas, pré-determinadas pelas pesquisas institucionais já realizadas. Esse é um problema de difícil resolução, mas há aqui vasto campo para atuação do Geógrafo enquanto profissional e pesquisador: atuar para a incorporação de novas variáveis de análise e de novos recortes espaciais, bem como para a adoção de novas técnicas e metodologias, nos levantamentos censitários das instâncias governamentais (Compare: GUIDUGLI, 1980²).

² “O que pode a Geografia fazer para melhorar as qualidades dos dados oficialmente conduzidos?” (GUIDUGLI, 1980, p. 15).

3. SUPERANDO AS DICOTOMIAS E AS AMBIGÜIDADES...

A reconstituição do todo, como proposto por Santos (1992), pressupõe o abandono das velhas dicotomias (Geografia Humana versus Geografia Física, técnicas qualitativas versus técnicas quantitativas, fenomenologia versus materialismo histórico) e a busca não só das semelhanças, mas também das diferenças entre os lugares, regiões, paisagens e territórios que expressam a totalidade do espaço. É preciso, sobretudo, pensar o espaço como algo dinâmico e mutável, reflexo e condição da/para a ação dos seres humanos, como espaço vivido e, por isso mesmo, “representável”, algo passível de “apropriação”. De acordo com o conceito de apropriação, tal como definido pelo sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre, um processo efetivo de territorialização deve reunir, ao mesmo tempo, uma dimensão concreta, de caráter predominantemente funcional, e uma dimensão simbólica e afetiva: “A dominação tende a originar territórios puramente utilitários e funcionais, sem que um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa ter lugar” (citado por HAESBAERT, 1997).

A “paisagem”, termo surgido no século XIV nos Países Baixos, pode ser a chave para a resolução das ambigüidades no âmbito do trabalho de campo em Geografia. Tem a vantagem de ser o mais operacional dos conceitos à disposição do pesquisador para levantamentos empíricos e a desvantagem de estar muito associado à chamada Geografia Tradicional de Humboldt a Vidal de La Blache e Jean Brunhes. Enquanto Humboldt “percorria a paisagem com um olhar que oscilava horizontalmente” (CLAVAL, 2004, p. 23), a paisagem resultando da reconstrução sistemática daquilo que a sucessão de pontos de vista permitia descobrir, e Jean Brunhes assumia a direção de uma ambiciosa missão do banqueiro Albert Kahn, para fixar através da fotografia as paisagens ameaçadas de desnaturalização pela modernidade, a visão dos geógrafos sobre a paisagem vai deixando paulatinamente de ser horizontal ou oblíqua para tornar-se “vertical”. Mas, como alerta Claval:

A passagem para a percepção vertical - que permite as generalizações, evidencia a estrutura das distribuições e permite a leitura dos reagrupamentos regionais - não ocorre sem perigo para o geógrafo: ela às vezes leva a

esquecer os objetos que realmente importam na vida das pessoas, que são substituídos por outros (...) a preocupação de não reduzir a paisagem apenas à sua dimensão vertical demanda correções. É o que se aprende educando o “olho” do geógrafo (CLAVAL, 2004, p. 25).

Antes de tudo, devem ser evitadas as simplificações do olhar vertical, trabalhando a um só tempo com os múltiplos olhares oblíquos ou horizontais e a verticalidade das paisagens. É a partir das múltiplas visões horizontais que o pesquisador pode imaginar o que forneceria uma visão vertical das paisagens analisadas. O geógrafo deve, pois, aprender a multiplicar seus pontos de vista sobre as paisagens, ter frente a elas uma postura “ativa”. Só é possível esclarecer as paisagens quando compreendemos como e por que elas funcionam (compare: CLAVAL, 2004). De qualquer modo, é inegável a importância da análise vertical das paisagens no trabalho de campo em Geografia:

Os cortes assumem esse lugar nas abordagens seguidas pelos geógrafos físicos porque permitem que se vá além da referência aos elementos definidores, que se ultrapassem os aspectos episódicos e que se esclareça a gênese dos conjuntos naturais (CLAVAL, 2004, p. 30).

A descrição de paisagens urbanas tais como as descobrimos percorrendo a cidade dá idéia das etapas de sua evolução, mas não explica seu papel, não mostra do que a cidade vive, não permite compreender seus problemas. Passemos do olhar do visitante à perspectiva vertical daquele que dispõe de mapas, fotografias aéreas e pesquisas sobre os hábitos de deslocamentos dos cidadãos. A cidade deixa de aparecer como um caleidoscópio. Tudo se torna claro (CLAVAL, 2004, p. 34).

Todavia, é necessário reconhecer as limitações de uma leitura funcional das paisagens como procedimento metodológico do trabalho de campo em Geografia, já que nem sempre a realidade visível esclarece completamente o que de fato acontece no espaço. De acordo com Claval (2004), as paisagens e os mapas podem “mentir”, se não admitirmos que não é somente a “realidade objetiva” que deve reter nossa atenção, mas também como essa realidade fala aos sentidos

do sujeito que observa e pesquisa. É preciso reconhecer a paisagem enquanto convivência, explorando seus “fios cruzados e trocas recíprocas” (CLAVAL, 2004, p. 49). Vista assim, a paisagem é, ao mesmo tempo, marca e matriz, já que, ao que parece, “as sociedades organizam seus ambientes em função da percepção que elas têm deles e, reciprocamente, parece que elas os percebem em função da organização que dão a eles” (BERQUE, 1999, apud CLAVAL, 2004, p. 50).

As atitudes se modificaram no decorrer da década de setenta. O impacto das filosofias fenomenológicas influenciou-as significativamente: o mundo que o indivíduo percebe jamais é objetivamente dado. É preciso fazer um esforço para retornar às sensações e desconstruir aquilo que nossa educação nos ensinou; então, e só então, é possível através de uma descrição crítica e minuciosa das sensações, compreender as coisas como elas são e penetrar na sua verdadeira natureza. Não é este um convite para se refletir a respeito do olhar sobre o real que os geógrafos sustentam há duas gerações? Não é este o momento de lembrar que a paisagem é criada pelo observador e que ela depende do ponto de vista que ele escolheu e do enquadramento que ele lhe dá? (CLAVAL, 2004, p. 48).

Conceitualmente, deve-se admitir, como Corrêa (1986), que o espaço e os múltiplos conceitos e recortes espaciais a ele associados - região, lugar, paisagem e território - nada têm da preconizada harmonia da Geografia Tradicional. Ao mesmo tempo, se o espaço é o todo verdadeiro para a Geografia e para o trabalho de campo necessário à produção do conhecimento geográfico, então regiões, paisagens, lugares e territórios não são únicos, mas sim particulares. São especificações de uma totalidade da qual fazem parte “através de uma articulação que é ao mesmo tempo funcional e espacial” ou, em outras palavras, realizações de “um processo geral, universal, em um quadro territorial menor, onde se combinam o geral (...) e o particular” (CORRÊA, 1986, p. 46).

O movimento que transforma a totalidade em “multiplicidade” também a individualiza através das formas. Os fragmentos desta totalidade, ao se tornarem “objetivos”, continuam integrando a totalidade, são a essência e a atividade dos objetos e elementos, mas sempre estão em

função da totalidade que permanece “íntegra”: “Cada indivíduo é apenas um modo da totalidade, uma maneira de ser; ele reproduz o Todo e só tem existência real em relação ao Todo” (SANTOS, 1996, p. 98).

4. TEORIA E MÉTODO SÃO INSEPARÁVEIS NO TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA!

É necessário concordar mais uma vez com Racine, Raffestin e Ruffy (1983), quando estes afirmam que tanto os geógrafos alinhados à fenomenologia, quanto àqueles mais afinados com a dialética marxista, baseiam suas pesquisas na escolha de espaços de conceituação diferentes, sem que esta escolha seja normalmente explicitada. Não há, em geral, uma explicitação da teoria (e do método) que embasaram a escolha do recorte, pois se pensarmos nos termos colocados pelos autores referidos, com a dialética marxista estamos no terreno da informação estruturante e dos dados agregados, com maior tendência à homogeneidade, enquanto que, com a fenomenologia, adentramos o terreno da informação factual e dos dados individuais, com maior tendência à heterogeneidade.

Colocar a questão da escala conceitual é, portanto, reconhecer o (difícil) problema - epistemológico - “da pertinência da ligação entre uma unidade de observação e o atributo que associamos a ela” (RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983, p. 125). No âmbito da produção do conhecimento geográfico,

não há nível de análise privilegiado, nenhum deles é suficiente, pois o fato de se considerar tal espaço como campo de observação irá permitir apreender certos fenômenos e certas estruturas, mas vai acarretar a deformação ou a ocultação de outros fenômenos e de outras estruturas, das quais não se pode, a priori, prejudicar o papel e, portanto, não se pode negligenciar. É por isso indispensável que nos coloquemos em outros níveis de análise, levando em consideração outros espaços. Em seguida é necessário realizar a articulação dessas representações, pois elas são função daquilo que se poderia chamar de espaço de conceituação diferente (LACOSTE, 1993, p. 81).

Na fenomenologia de Husserl, as “coisas” do mundo material eram arrancadas do seu contexto funcional, para se “reconstruir”, através da consciência, o Mundo “despedaçado”. Aqui, é o Homem e não o fluxo histórico, biológico e natural (bem como suas leis) o tema da Filosofia. A aparente contradição/dificuldade está justamente em arrancar os fenômenos do contexto histórico como procedimento inicial do “trabalho de campo” para depois reintroduzi-los no fluxo da história. Isso é possível? O problema enquanto procedimento metodológico está, em geral, no fato de primeiro utilizarmos uma estratégia de periodização dos fatos e “coisas” (ou elementos, nas palavras de Santos) dos diferentes espaços de conceituação, para, somente em seguida, verificar a força dos fatos e “coisas” (ou elementos) na percepção e na consciência do pesquisador e dos (outros) sujeitos, os agentes que produzem os diferentes espaços de conceituação e que são objetos de nossas pesquisas. Pergunta-se: Não deveria ser o contrário?!

O materialismo histórico, enquanto paradigma totalizante pode funcionar como uma camisa de força para a pesquisa e o trabalho de campo em Geografia. A questão colocada por Castro (1995) sobre a possibilidade de articulação entre a necessidade empírica dos recortes espaciais e a fidelidade exclusiva ao paradigma do materialismo histórico - das relações sociais de produção - é pertinente, já que a referência analítica para os estudos e pesquisas em Geografia pode deixar de ser necessariamente o espaço³. Ou seja, agindo sob a exclusividade dessa lógica, o geógrafo corre o risco de não conferir significância a quaisquer recortes espaciais, deixando de fora do escopo analítico da disciplina importantes frações do espaço, “como os espaços regionais ou mesmo os espaços do cotidiano da Geografia humanista, que, se não cabem em algumas

³ Castro critica especificamente as formulações de Grataloup (1979) e suas tentativas de definição de uma escala geográfica como uma hierarquia de níveis do espaço social, como um encaixamento de estruturas, esclarecendo, no limite, que nem toda área é uma estrutura: “Aqui temos um problema. A aceção de nível como estrutura e a sua afirmação de que nem toda área é uma estrutura permitiram-lhe afirmar que áreas homogêneas não constituem um nível de análise” (CASTRO, 1995, p. 124).

estruturas conceituais, impõem-se a partir da realidade de sua existência” (CASTRO, 1995, p. 125).

Nos passos de Hegel e sob a influência de um interesse na história extraordinariamente intenso, a filosofia ameaçava degenerar em uma especulação sobre se o fluxo histórico exibia ou não leis possíveis (...) A insistência de Husserl nas “próprias coisas” - que elimina essa especulação vazia e prossegue separando o conteúdo fenomenologicamente dado de um processo de sua gênese - teve uma influência libertadora à medida que o próprio Homem, e não o fluxo histórico, natural, biológico ou psicológico para o qual ele é sugado, pode novamente tornar-se um tema para a filosofia (ARENDR, 2002, p. 17-18).

Arrancar um elemento, objeto ou fenômeno do fluxo histórico para depois reintroduzi-lo no movimento da história pode ajudar o geógrafo na operacionalização do trabalho de campo, devolvendo a este último sua importância na produção do conhecimento em Geografia. Afinal, não deveria haver incompatibilidade, em termos de procedimento, entre a análise da individualidade dos fenômenos e o resgate de sua dimensão histórica, nem mesmo entre uma concepção de ciência interessada na história e na mediação homem-natureza e uma outra voltada para a essência dos fenômenos. Como Sposito (2004), pode-se concluir que o método, seja ele fenomenológico ou dialético, “contém suas leis, sua base ideológica, suas categorias para a elaboração dos vários conceitos e teorias que nos permitirão realizar nossa leitura científica de mundo” (SPOSITO, 2004, p. 65).

Portanto, dialética e fenomenologia não se excluem no trabalho de campo em Geografia. Enquanto métodos podem funcionar como estratégias complementares, buscando-se sempre a construção da síntese sujeito-objeto, própria ao ato de conhecer, ora utilizando-se da história enquanto categoria de análise, ora buscando-se intencionalmente abstrair a historicidade dos fenômenos, visando à explicitação de sua “essência”. Por outro lado, se o espaço é a totalidade verdadeira para a Geografia, a história se impõe como recurso metodológico, já que é através do significado particular de cada segmento do tempo, que apreendemos o valor de cada coisa num dado momento (Compare: SANTOS, 1994). Mas, devemos também estar atentos para os riscos do historicismo e do

determinismo histórico, de modo a desenvolver uma visão prospectiva que permita entrever o futuro “de forma objetiva”, como defendido por Santos (1994). Uma objetividade que, com certeza, não exclui a explicitação do sujeito que pesquisa, nem dos sujeitos que sua pesquisa pretende analisar.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Não desejando esgotar aqui a riqueza e a complexidade do tema, reafirma-se ao final deste artigo a importância do trabalho de campo na Geografia, como base da pesquisa e da produção do conhecimento geográfico. A partir de pressupostos considerados fundamentais para uma reflexão teórico-epistemológica sobre o assunto, reafirma-se também a centralidade do conceito de espaço na Geografia, que aponta para a necessidade de delimitação de espaços de conceituação, de modo a garantir a visibilidade dos fenômenos, não podendo haver hierarquia entre os diferentes recortes, que, em última instância, servem à explicitação das qualidades específicas dos fenômenos estudados por cada pesquisador.

Ressaltar a importância do trabalho de campo na Geografia não significa pregar a volta ao empirismo descolado da perspectiva de teorização, ao contrário, conceitos, teorias e procedimentos metodológicos devem constituir uma unidade orgânica e coerente no desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa dos geógrafos. Estamos aqui diante do clássico dilema entre “idealismo” e “materialismo”, entre a “abstração” e o “concreto”. Desde Aristóteles e Platão, essa antinomia vai marcar toda a produção filosófica e científica nos 22 séculos seguintes. Para Sposito, “mesmo na Geografia, se considerarmos que ela ganha estatuto de ciência a partir do Renascimento e seus desdobramentos nos séculos seguintes, essa antinomia vai continuar se manifestando nas diferentes escolas que vão surgir no mundo ocidental” (SPOSITO, 2004, p. 40).

Sob diversos aspectos, Hegel e o hegelianismo promulgaram uma poderosa ontologia e fenomenologia espacialista, que reificou e fetichizou o espaço sob a forma do Estado territorial, locus e meio da razão aprimorada (...) o tempo foi subordinado ao espaço, passando a

própria história a ser dirigida por um “espírito” territorial, o Estado. O anti-hegelianismo de Marx não se restringiu a uma crítica materialista do idealismo. Foi também uma tentativa de reestabelecer a historicidade - a temporalidade revolucionária - em sua primazia sobre o espírito da espacialidade. Desse projeto brotaram uma sensibilidade e uma resistência vigorosas à afirmação do espaço numa posição de determinação histórica e social, um anti-espacialismo anti-hegeliano entremeado, praticamente, na totalidade dos textos de Marx (SOJA, 1993, p. 109).

Portanto, a oposição entre “idealismo” e “materialismo” estará presente também na construção do materialismo histórico, que subverte a dialética hegeliana, “invertendo-a” para denunciar as limitações do idealismo na interpretação dos fatos do mundo. Concorde-se com Sposito, quando este afirma que o materialismo histórico possibilitou uma elaborada leitura do capitalismo como modo de produção historicamente produzido, com todas as suas determinações (compare: SPOSITO, 2004). No entanto, deve-se alertar para o risco implícito em algumas dessas determinações, como a crença de que a modernização capitalista seria em si mesma benéfica para a periferia do sistema, já que isto criaria as condições pré-materiais para o advento do socialismo. Talvez seja necessário, como proposto por Souza (1995)⁴, não somente “atualizar” Marx, mas abandonar parte “essencial e fundante de seu pensamento”, renegando a “cega fé marxista na positividade das forças produtivas do capitalismo” (SOUZA, 1995, p. 104).

Finalmente, é necessário enfatizar as múltiplas possibilidades da dialética, como a arte do falar e do pensar filosóficos, em nada incompatíveis com uma abordagem fenomenológica ou mesmo com procedimentos indutivos (ou dedutivos) na operacionalização da pesquisa e do trabalho de campo em Geografia. Assumir as contradições na produção do espaço não elimina a possibilidade de buscar a essência dos fenômenos nos seus diferentes recortes, nem a utilização de procedimentos que objetivem alcançar (e explicitar)

⁴ O autor inspira-se nas idéias do filósofo Cornelius Castoriadis, para quem o socialismo não passaria de uma “farsa grotesca” (SOUZA, 1995, p. 105).

uma totalidade, a partir do raciocínio indutivo ou dedutivo. A unidade e a interpenetração dos contrários, características básicas do método dialético, devem ser levadas, enquanto estratégias de operacionalização do trabalho de campo em Geografia, às suas últimas conseqüências, no sentido de evitar os riscos presentes na produção do conhecimento científico, rechaçando os “determinismos”, “mecanicismos” e “evolucionismos” e incorporando ao desenvolvimento das pesquisas geográficas a importância dos sujeitos e de suas visões de mundo em sua dimensão mais profunda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. A Dignidade da Política. 3ª ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. 195 p.
- CASTRO, Iná Elias de. O Problema da Escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 117-140.
- CLAVAL, Paul. A Paisagem dos Geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagens, Textos e Identidade. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004, p. 13-74.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Região e Organização Espacial. São Paulo: Editora Ática, 1986. 93 p.
- GUIDUGLI, Odeibler. Geografia e Planejamento. Geografia, Rio Claro, AGETEO, v. 5, n° 9-10, p. 3-18. Outubro 1980.
- LACOSTE, Yves. A Geografia - Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 3ª edição. Campinas: Papirus, 1993. 263 p.
- RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação. Contribuição para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, IBGE, n° 45, v. 1, p. 123-135. Jan/mar. 1983.
- ROCHA, Márcio Mendes. Formas e Estratégias para o Desenvolvimento da Pesquisa Regional em Geografia. In: GEOUSP - Revista da Pós-Graduação em Geografia, São Paulo, FFLCH/Departamento de Geografia/USP, n° 5, p. 61-66. 1999.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996. 308 p.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. 3ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994. 124 p.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 3ª ed. São Paulo: Livros Studio Nobel, 1992. 88 p.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. 324 p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento*. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SPOSITO, Eliseu Saverio. *Geografia e Filosofia. Contribuições para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004. 218 p.